

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES ACOLHEDORES E DE INCLUSÃO PARA DISCENTES COM TEA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eixo temático: A pessoa com autismo e o direito à educação especializada

SILVA, Mario Sergio

Mestre em Psicologia social (Universidade Europeia do Atlântico)
profmariomcr@gmail.com

PEREIRA, Kleber Fernando

Doutor e Pós-doutor na área de Anatomia (UFG, Goiânia)
kleber.ufpr@gmail.com

RESUMO: Este artigo teve como objetivo realizar uma revisão narrativa da qualidade da inclusão do (TEA) no ambiente escolar. Para isso, abordou-se os fatos reais do Dia a dia com os marcos legais/jurídicos e o panorama brasileiro da inclusão social. Após a revisão das pesquisas realizadas sobre o assunto, constatou-se que não há um consenso em relação ao conceito de inclusão de qualidade no Brasil, está muito abaixo do que precisamos, embora as evidências indiquem que tanto os docentes quanto os discentes com Autismo precisam de apoio e segurança. Os dados apontam para a necessidade de uma revisão das políticas públicas e de ações pedagógicas, preferencialmente em documentos legais que a definam e criminalizem aqueles que por ventura não os obedeçam. Tal conceituação auxiliará na identificação e enfrentamento dessas situações.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade; Inclusão e Aluno TEA; Educação Individualizada; Práticas Inclusivas; Respeito e Autismo.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma preocupação central das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no Brasil, onde a Lei Brasileira de Inclusão (LBI n. 13.146/2015) e outras diretrizes buscam assegurar o direito à educação inclusiva, promovendo práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e a equidade. A importância do bem-estar dos docentes também é crítica nesse contexto, uma vez que as crescentes demandas e pressões sobre os professores afetam tanto o seu bem-estar quanto a qualidade da educação fornecida, evidenciando a necessidade de um ambiente de trabalho saudável para que possam desempenhar suas funções de maneira eficaz (Tartuce, 2015).

Este artigo propõe uma revisão integrativa da literatura para avaliar o impacto das políticas públicas na construção de ambientes escolares acolhedores e inclusivos para discentes com TEA. A hipótese central é que, apesar das políticas públicas robustas, a falta de preparação adequada dos professores e a resistência institucional impedem a criação de ambientes inclusivos. Estudos indicam que muitos professores se sentem despreparados para atender às necessidades de alunos com TEA, o que afeta sua satisfação profissional e a qualidade do ensino (Rocha et al., 2022); (Zehner; Chen; Aladsani, 2017). A revisão integrativa permitirá identificar fragilidades e pontos de melhoria nas práticas atuais, fornecendo subsídios para recomendações que possam efetivamente transformar a teoria em prática, preenchendo a lacuna entre as políticas públicas e sua implementação nas escolas. A literatura de (Webster; Roberts, 2014) analisa sobre o bem-estar dos docentes, especialmente no contexto da inclusão de alunos com TEA, ainda é insuficiente, ressaltando a necessidade de estudos qualitativos que explorem a experiência dos professores e suas percepções sobre como seu bem-estar afeta os alunos, apontando para a urgência de pesquisas que possam preencher essa lacuna. Este artigo propõe uma revisão integrativa da literatura para avaliar o impacto das políticas públicas na construção de ambientes escolares acolhedores e inclusivos para discentes com TEA. A hipótese central é que, apesar das políticas públicas robustas, a falta de preparação adequada dos professores e a resistência institucional impedem a criação de ambientes inclusivos, destacando a importância de compreender e solucionar essas barreiras para efetivar a inclusão.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI n. 13.146/2015) protege os direitos dos alunos com deficiência, estabelecendo diretrizes claras para a inclusão escolar. O Art. 4º assegura que a pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. O Art. 27 determina a promoção de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. O Art. 28 estipula que cabe ao poder público garantir, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar políticas públicas para a educação, assegurando sistemas educacionais inclusivos. No entanto, incidentes recentes mostram que a realidade ainda está longe de respeitar esses direitos (Menezes, 2016).

A dúvida que fica é porque segundo (JÚNIOR, ROGÉRIO.; HENTGES, ANDERSON., 2023), um adolescente autista foi agredido com tapas e socos dentro de uma escola no Rio de Janeiro; o ataque foi filmado por colegas de turma e publicado nas redes sociais. As agressões aconteceram na Escola Municipal Marechal Pedro Cavalcanti, que fica em Paciência. Segundo caso, onde família afirma que não é a primeira vez que o menino sofre algum tipo de ataque na escola e (LIMA, ESTER.; FRANCINI, AUGUSTO., 2023) também relatam que um

adolescente autista foi agredido com tapas e socos dentro de uma escola no Rio De Janeiro; o ataque foi filmado por colegas de turma e publicado nas redes sociais. A família novamente afirmou que não é a primeira vez que o menino sofre algum tipo de ataque na escola.

Entender essa problemática é importante porque a educação inclusiva não é apenas um direito dos alunos com TEA, mas também uma necessidade para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Deste modo, questiona-se: de que maneira as políticas públicas de inclusão escolar influenciam a criação de ambientes educacionais acolhedores para alunos com TEA e quais são as principais barreiras enfrentadas pelos professores na implementação dessas políticas? A partir da problemática apresentada, este estudo tem como objetivo analisar o impacto das políticas públicas na inclusão escolar de alunos com TEA, identificar as principais barreiras enfrentadas pelos professores na implementação de práticas inclusivas, avaliar a eficácia das estratégias pedagógicas recomendadas pelas políticas públicas e propor recomendações para melhorar a formação de professores e a implementação de práticas inclusivas nas escolas.

Para emergencializar e descrever foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com a seleção criteriosa de artigos e documentos relevantes publicados entre 2000 e 2023 nas bases de dados Web of Science, PubMed, ERIC e Google Scholar. Critérios de inclusão envolverão estudos empíricos e teóricos sobre a implementação de políticas públicas de inclusão escolar para alunos com TEA, enquanto critérios de exclusão serão artigos não diretamente relacionados ao tema ou sem dados substanciais para a análise. Métodos específicos de análise dos dados serão utilizados para sintetizar os resultados dos estudos revisados.

Espera-se que este estudo forneça pensamentos valiosos para a formulação de políticas educacionais que promovam o bem-estar dos autistas e docentes e, consequentemente, melhorem a qualidade da educação, permitindo a identificação de fragilidades e pontos de melhoria nas práticas atuais, que podem auxiliar na criação de ambientes escolares mais acolhedores e inclusivos para alunos com TEA.

1.1. MÉTODO

Este estudo adota os métodos de revisão e como objetivo realizar uma revisão narrativa de estudos sobre uma inclusão de qualidade. Esta escolha metodológica permite uma compreensão mais abrangente e profunda do impacto das políticas públicas na construção de ambientes escolares inclusivos para alunos com TEA, que já foi aplicada pôr (Zanardo; Uribe; Habigzang) no artigo: “Violência Obstétrica no Brasil: Uma Revisão Narrativa” apresenta uma metodologia adequada para explorar de maneira ampla e crítica o tema da violência obstétrica, ao integrar

diferentes perspectivas. A pesquisa tendo essa natureza narrativa aplicada, com o objetivo de gerar conhecimentos aplicáveis na prática para solucionar problemas específicos relacionados à inclusão escolar de alunos com TEA. Esse enfoque prático é essencial para garantir que os resultados do estudo tenham relevância direta e utilidade para os profissionais da educação e formuladores de políticas. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, que utiliza o método de revisão integrativa proposto por (Ursi; Gavão, 2006). Este tipo de pesquisa é ideal para obter uma visão ampla e detalhada do fenômeno em estudo, permitindo a identificação de padrões e a compreensão das experiências e percepções dos participantes.

A revisão integrativa, que é um componente essencial deste estudo, envolve a definição de uma questão norteadora específica: “Qual o impacto do não cumprimento das políticas públicas na construção de ambientes escolares acolhedores e inclusivos para discentes com TEA?” A busca na literatura foi realizada em bases de dados renomadas como SCIELO, LILACS, ERIC e PsycINFO. Foram estabelecidos critérios de inclusão rigorosos, incluindo artigos publicados entre 2010 e 2024, em português, inglês ou espanhol, que abordem políticas públicas de inclusão escolar para alunos com TEA. Com as Palavras-Chave: **Inclusão e Aluno TEA; Respeito e Autismo; Igualdade; Educação Individualizada; Práticas Inclusivas**. A análise crítica dos estudos incluídos visa identificar lacunas, tendências e implicações para a prática, buscando capturar as percepções e experiências de professores e gestores escolares sobre a implementação das políticas públicas de inclusão.

A revisão integrativa é combinada com um estudo de campo, fornecendo dados empíricos sobre a realidade nas escolas. Essa combinação permite uma análise abrangente e contextualizada. Para garantir a reprodutibilidade, seguimos as recomendações de (Patias; Hohendorff, 2019) para pesquisas qualitativas e quantitativas. Isso inclui um detalhamento minucioso dos procedimentos de coleta e análise de dados, a disponibilização dos instrumentos de coleta de dados (questionários e roteiros de entrevista) como apêndices, a descrição clara dos critérios de inclusão e exclusão na revisão integrativa, e uma explicação detalhada do processo de categorização e análise temática dos dados qualitativos.

Teremos como Critérios de Inclusão e Exclusão descrito para melhor compreensão; Critérios de Inclusão: Artigos publicados entre 2010 e 2023, em português, inglês ou espanhol, que abordem políticas públicas de inclusão escolar para alunos com TEA, Com as Palavras-Chave: **Inclusão e Aluno TEA; Respeito e Autismo; Igualdade; Educação Individualizada; Práticas Inclusivas**. Critérios de Exclusão: Artigos que não estejam disponíveis em texto completo, que não tratem diretamente das políticas públicas de inclusão escolar/social pois a

inclusão se transcende o ambiente escolar ou que se concentrem exclusivamente em outros tipos de deficiências sem mencionar TEA.

2. DIREITOS GARANTIDOS (VISÃO JURÍDICA)

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a proteção e inclusão das pessoas com deficiência, incluindo os autistas, ao estabelecer igualdade de oportunidades e direitos fundamentais como a vida, a saúde e a educação. Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça esses direitos garantindo sistemas educacionais inclusivos e acesso igualitário a serviços públicos. A Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) reconhece oficialmente os autistas como pessoas com deficiência, ampliando sua proteção legal e direitos específicos. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) também tem implicações significativas, pois protege os dados sensíveis dos autistas, garantindo que seu tratamento só ocorra em circunstâncias específicas e seguras. Além disso, benefícios assistenciais e previdenciários, como o BPC, estão disponíveis para autistas, facilitando sua inclusão social e econômica (Camara, 1988).

A Pirâmide de Kelsen, vai nos dar uma breve visão sobre os poderes que estabelece a hierarquia das normas jurídicas, é um princípio fundamental para assegurar a coerência e a legitimidade do ordenamento jurídico, onde a Constituição está no topo e todas as outras normas devem estar em conformidade com ela, sendo que o desrespeito a essa hierarquia pode acarretar em graves implicações jurídicas e sociais, pois normas inferiores que contrariem a Constituição podem ser declaradas inconstitucionais, o que compromete a segurança jurídica e a previsibilidade do direito, além disso, a inobservância da Pirâmide de Kelsen pode gerar conflitos normativos e desrespeito aos direitos fundamentais, fragilizando o estado de direito e a proteção dos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas com deficiência, portanto, é essencial que legisladores e aplicadores do direito respeitem essa hierarquia para garantir a justiça e a eficácia das normas jurídicas.

Figura 1



Nota. Essa figura mostra o esquema organizacional da legislação brasileira onde a experiência foi realizada com – Produção Própria com software canva.

O não cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) nas escolas afeta profundamente os direitos dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois a lei assegura o direito à educação inclusiva e de qualidade, essencial para o desenvolvimento desses alunos. Essa é a verdade sobre a verdade inclusão do indivíduo seja ele quem for, sempre visa buscar a evolução/desenvolvimento do incluso. A exclusão e discriminação resultantes da falta de inclusão comprometem suas oportunidades futuras, violando princípios constitucionais de igualdade e dignidade humana. A formação continuada dos profissionais da educação é crucial para assegurar uma abordagem pedagógica adequada, e o descaso em atender esses critérios pode levar a ações judiciais e danos irreparáveis. Portanto, a implementação das normas de inclusão deve ser um compromisso firme de escolas, professores, familiares e gestores públicos. Assegurar os direitos dos alunos autistas é fundamental para construir uma sociedade justa e inclusiva (Souza; Bezerra, 2019).

Refletir sobre as implicações de não respeitar a Lei 13.146/2015 no ambiente escolar revela a gravidade das consequências para os alunos com TEA, que são, pois, a falta de medidas inclusivas e de qualidade impede seu desenvolvimento pleno e acesso igualitário à educação, comprometendo suas oportunidades futuras e perpetuando a exclusão social. A negligência na formação continuada dos profissionais de educação resulta em abordagens pedagógicas

inadequadas, causando danos irreparáveis aos alunos, que podem levar a ações judiciais e responsabilização dos gestores educacionais. É essencial que todos os envolvidos: escolas, professores, familiares e gestores públicos – se comprometam de maneira constante e eficaz com a implementação das normas de inclusão, assegurando que os direitos dos alunos autistas sejam plenamente respeitados e promovidos. A construção de uma sociedade justa e inclusiva depende desse compromisso, refletindo os princípios constitucionais de igualdade e dignidade humana, e a exclusão desses alunos das oportunidades educacionais é uma violação ética e legal que deve ser firmemente combatida para garantir um ambiente escolar acolhedor e igualitário para todos (Tartuce, 2015).

2.1. DIREITO HUMANIZADO (CONTRIBUIÇÃO DE VYGOTSKY)

O presente momento destaca a significativa contribuição da obra de Vygotsky para a educação de sujeitos com necessidades educativas especiais, enfatizando que, ao invés de focar nos déficits, devemos explorar as possibilidades de desenvolvimento desses indivíduos, conforme Costa (2006). Vygotsky oferece um novo paradigma que transforma a compreensão e abordagem dos problemas enfrentados por esses sujeitos, promovendo alternativas inovadoras para a sua educação através de uma abordagem dialética e prospectiva que reflete uma visão otimista onde as limitações podem ser convertidas em fontes de crescimento e desenvolvimento. Essa perspectiva, centrada nas potencialidades dos indivíduos, desafia as concepções tradicionais que tendem a limitar suas oportunidades e, assim, a obra de Vygotsky, conforme analisado por Costa (2006), não apenas amplia a compreensão dos desafios educacionais, mas também inspira práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes (De; Dóris; Costa, 2006).

A teoria sociocultural de Vygotsky e a teoria do comportamento operante de Skinner, embora distintas em suas abordagens, oferecem visões complementares sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, proporcionando uma base teórica robusta para a educação, onde Vygotsky enfatiza a importância das interações sociais e do contexto cultural no desenvolvimento cognitivo, argumentando que o desenvolvimento ocorre através da internalização de atividades sociais compartilhadas, enquanto Skinner (1953) descreve o comportamento como uma relação entre o organismo e o ambiente, onde as atividades do organismo são respostas aos estímulos ambientais, e o comportamento é moldado pela relação entre estímulo e resposta, e a teoria do comportamento operante de Skinner, de forma simplista, afirma que as consequências de um comportamento podem influenciar a probabilidade de este

ocorrer novamente, com as consequências agradáveis aumentando a frequência do comportamento (reforço) (Rahmatirad, 2020).

A pesquisa de (Azabdaftari, 2012) vai explorar detalhadamente a teoria sociocultural de Vygotsky, ressaltando a importância das interações sociais na formação do pensamento e da linguagem, destacando que o desenvolvimento cognitivo ocorre através de atividades sociais compartilhadas, enquanto (Mustafa; Zain; Alias, 2018) analisam as perspectivas socioculturais no aprendizado e desenvolvimento infantil, sublinhando a influência significativa dos fatores sociais e culturais no processo de aprendizagem, e (Sentance; Waite; Kallia, 2019) aplicam a teoria sociocultural ao ensino de programação de computadores, demonstrando que a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos entre os estudantes podem melhorar significativamente o processo de aprendizagem, evidenciando a importância da interação social na construção do conhecimento, e (Luong, 2022) explora a aplicação da teoria no ensino de matemática, evidenciando que a comunicação matemática pode ser substancialmente melhorada através de práticas inclusivas que valorizam a interação social e a cooperação entre os alunos, mostrando que a troca de ideias facilita a compreensão dos conceitos matemáticos.

Para (Tzuriel, 2021) que oferece uma análise abrangente da teoria sociocultural de Vygotsky, destacando suas implicações para a educação inclusiva e argumentando que a teoria pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com dificuldades de aprendizagem, e (Wang, 2022) discute a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e suas implicações no ensino, enfatizando a importância do apoio pedagógico adequado para ajudar os alunos a alcançar seu potencial máximo de desenvolvimento, e finalmente, (Alkhudiry, 2022) explora a contribuição da teoria na mediação do conhecimento de uma segunda língua, demonstrando a aplicabilidade da abordagem sociocultural em diferentes contextos educativos, e como ela pode facilitar a aprendizagem de uma nova língua através de interações sociais e apoio colaborativo, mostrando que a linguagem é melhor adquirida em contextos ricos em interação social.

Enquanto isso, a perspectiva behaviorista de Skinner complementa essas ideias ao fornecer uma estrutura para entender como o reforço pode ser usado para incentivar comportamentos desejáveis em ambientes educativos, e Skinner argumenta que as consequências agradáveis aumentam a frequência de um comportamento (reforço), um conceito que pode ser aplicado em sala de aula para promover a aprendizagem e o desenvolvimento, e integrando as perspectivas de Vygotsky e Skinner, é possível desenvolver uma abordagem educativa que valorize tanto as interações sociais e culturais quanto o uso de reforços positivos para moldar comportamentos e promover o aprendizado, e a combinação dessas teorias oferece uma visão abrangente que pode

informar práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes, sublinhando a importância de considerar tanto o contexto social quanto os mecanismos de reforço no desenvolvimento cognitivo e comportamental (Rahmatirad, 2020).

3. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A inclusão de pessoas com deficiência é um tema complexo que requer a consideração de diversas abordagens teóricas e práticas, sendo essencial integrar múltiplas perspectivas para alcançar uma prática educativa verdadeiramente inclusiva. (Gai; Naujorks, 2006) discutem as contribuições da teoria sócio-interacionista à inclusão escolar, ressaltando que a criação de um ambiente interativo e colaborativo é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com deficiência, o que se alinha com a ênfase de Vygotsky nas interações sociais como motores do desenvolvimento. (Weiss et al., 2010), alertam sobre os perigos de dicotomias artificiais na intervenção comportamental, destacando que é necessário adotar abordagens equilibradas que integram tanto a análise do comportamento quanto outras metodologias educativas, evitando assim uma visão reducionista do processo de aprendizagem. (Leaf et al., 2021) avaliam as preocupações com a intervenção baseada em ABA (Análise do Comportamento Aplicada), oferecendo recomendações para uma prática mais holística que considera não apenas os comportamentos observáveis, mas também os contextos sociais e emocionais dos alunos. Segundo (Façanha et al., 2015) analisa a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, apontando que, apesar das políticas progressistas, ainda existem significativos desafios na implementação efetiva dessas políticas, tais como a formação inadequada de professores e a falta de recursos, o que impede a plena realização dos objetivos inclusivos. (Nascimento; Souza, 2018) discutem intervenções psicopedagógicas através da Análise do Comportamento Aplicada, mostrando estratégias específicas para apoiar alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), evidenciando a eficácia das intervenções comportamentais quando adaptadas às necessidades individuais dos alunos.

A pesquisa de (Benitez et al., 2021) exploram atitudes sociais de agentes educacionais em relação à inclusão e à formação em ABA, evidenciando que as percepções e práticas dos educadores desempenham um papel crucial na promoção de um ambiente inclusivo, sendo necessário investir em formação continuada e mudanças nas atitudes para superar preconceitos e resistências. Segundo (Bennett et al., 2021) propõem um modelo eficaz e sustentável para promoção da inclusão, que envolve ajustes na equipe escolar e redefinição de funções, demonstrando que a colaboração entre profissionais de diferentes áreas é vital para a criação de um ambiente inclusivo e de suporte aos alunos com deficiência. Integrando essas diversas

perspectivas, é possível desenvolver uma prática educativa inclusiva que não apenas reconhece as necessidades específicas dos alunos com deficiência, mas também promove um ambiente de aprendizagem colaborativo e equilibrado, alinhado tanto com as teorias socioculturais de Vygotsky quanto com os princípios comportamentais de Skinner (Rahmatirad, 2020).

4. CONCLUSÃO

Este estudo evidencia que, para construir ambientes escolares verdadeiramente acolhedores e inclusivos para alunos com TEA, é necessário um compromisso contínuo com a formação de professores, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a adaptação das políticas públicas às necessidades específicas desses alunos. A teoria sociocultural de Vygotsky e a teoria do comportamento operante de Skinner, embora distintas em suas abordagens, oferecem visões complementares sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, proporcionando uma base teórica robusta para a educação. Vygotsky enfatiza a importância das interações sociais e do contexto cultural no desenvolvimento cognitivo, argumentando que o desenvolvimento ocorre através da internalização de atividades sociais compartilhadas. Por outro lado, Skinner descreve o comportamento como uma relação entre o organismo e o ambiente, onde as atividades do organismo são respostas aos estímulos ambientais, e o comportamento é moldado pela relação entre estímulo e resposta. A teoria do comportamento operante de Skinner afirma que as consequências de um comportamento podem influenciar a probabilidade de este ocorrer novamente, com as consequências agradáveis aumentando a frequência do comportamento (reforço).

A reflexão sobre se realmente alcançamos uma inclusão de qualidade ou se tanto os alunos autistas quanto os docentes são vítimas de um sistema iludido e do não cumprimento das leis 12.764/12 e 13.146/15 é crucial. As leis mencionadas visam garantir os direitos das pessoas com TEA, promovendo a inclusão educacional e social, mas a realidade muitas vezes revela uma falsa inclusão, onde as promessas legislativas não se concretizam plenamente nas práticas escolares. A Lei 12.764/12, conhecida como Lei Berenice Piana, estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando acesso à educação e ao atendimento especializado, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/15) reforça esses direitos, visando a plena participação e igualdade de condições para pessoas com deficiência.

Entretanto, a prática educacional mostra que a formação inadequada de professores e a falta de recursos de apoio impedem a efetivação desses direitos, resultando em um ambiente escolar que não atende adequadamente às necessidades dos alunos com TEA. A teoria de Vygotsky

destaca a importância da mediação social e cultural no desenvolvimento cognitivo, enfatizando a necessidade de um ambiente educativo que promova interações significativas. No contexto dos alunos autistas, isso implica em práticas pedagógicas que respeitem suas particularidades e facilitem a construção de conhecimentos de maneira individualizada. Simultaneamente, a abordagem comportamental, especialmente a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), oferece estratégias eficazes para apoiar o desenvolvimento de habilidades e comportamentos adaptativos em alunos com TEA. No entanto, a implementação dessas estratégias requer formação especializada e suporte contínuo, elementos frequentemente ausentes nas escolas brasileiras. A ausência de uma equipe multidisciplinar e a falta de recursos materiais adequados agravam a situação, levando os professores a enfrentar uma sobrecarga de responsabilidades que resulta muitas vezes em pedidos de exoneração, como observado nos dados de Cascavel.

Portanto, para que a inclusão seja realmente efetiva, é imperativo que haja um alinhamento entre as políticas públicas e a prática escolar. Isso inclui a garantia de formação continuada para os docentes, a presença de equipes de apoio especializadas e a disponibilização de recursos adequados. Além disso, é necessário um monitoramento constante e uma avaliação crítica das políticas de inclusão, para assegurar que elas não sejam apenas simbólicas, mas que realmente promovam uma educação de qualidade para todos os alunos. Em suma, a conclusão deste estudo aponta para a necessidade urgente de uma revisão e fortalecimento das práticas de inclusão, com base em fundamentos teóricos sólidos e em evidências empíricas. Apenas assim será possível garantir que tanto os alunos com TEA quanto os professores possam atuar em um ambiente educativo verdadeiramente inclusivo e acolhedor, onde os direitos estabelecidos pelas leis 12.764/12 e 13.146/15 sejam plenamente respeitados e implementados. A verdadeira inclusão deve transcender a legislação e se manifestar em práticas concretas que promovam o desenvolvimento integral e a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto apresenta uma contribuição significativa para a literatura ao evidenciar a necessidade de uma articulação mais eficaz entre a teoria e a prática no contexto da educação inclusiva, especialmente para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao abordar tanto as teorias socioculturais de Vygotsky quanto as teorias comportamentais de Skinner, oferecendo uma base teórica robusta para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, sublinhando a importância das interações sociais, do contexto cultural, e das consequências comportamentais no processo educativo. Além disso, ao refletir sobre a eficácia das leis 12.764/12 e 13.146/15, o trabalho não apenas destaca a lacuna entre as promessas legislativas

e a realidade prática, mas também enfatiza a necessidade urgente de uma revisão crítica das políticas de inclusão para assegurar que estas realmente promovam um ambiente educacional acolhedor e inclusivo. O projeto cumpre seu objetivo ao proporcionar uma análise crítica e informada sobre os desafios e oportunidades na inclusão de alunos com TEA, enquanto sugere várias direções para futuras pesquisas na área. Entre essas direções, destaca-se a investigação sobre a integração entre teoria e prática na formação docente, a avaliação do impacto das políticas públicas de inclusão e a eficácia dos programas de formação continuada para professores. Essas sugestões oferecem um caminho claro para aprofundar o conhecimento e melhorar a prática inclusiva, contribuindo significativamente para o avanço da educação inclusiva no Brasil. Em suma, o estudo não só entrega uma contribuição relevante para a literatura existente ao abordar as complexidades da inclusão escolar para alunos com TEA, mas também deixa indicações claras para futuras pesquisas, reforçando a importância de uma abordagem holística e baseada em evidências na construção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

REFERÊNCIAS

ALKHUDIRY, R. The Contribution of Vygotsky's Sociocultural Theory in Mediating L2 Knowledge Co-Construction. **Theory and Practice in Language Studies**, v. 12, n. 10, p. 2117 – 2123, 2022.

AZABDAFTARI, B. An explication of vygotskian sociocultural theory as evidenced by ethnomethodological findings. **Journal of Applied Linguistics**, v. 5, n. 11, p. 16 – 28, 2012. Disponível em: http://jal.iaut.ac.ir/article_519834_5aece09afd3c61e94ce2bde535c35185.pdf.

BENITEZ, P. et al. **Atitudes Sociais de Agentes Educacionais em Relação à Inclusão e à Formação em Análise do Comportamento Aplicada**. v. 27, 2021.

BENNETT, S. et al. **Transitioning from Segregation to Inclusion: An Effective and Sustainable Model to Promote Inclusion, through Internal Staffing Adjustments, and Role Redefinition**. In: . [S.l.: s.n.], 2021. p. 103 – 116.

CAMARA. **Legislação Informatizada - CONSTITUIÇÃO DE 1988 - Publicação Original**. 1988. Online. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22/11/2018.

CASCAVEL, P. T. **Exonerados, demitidos ou desligados**; 2024. SITE. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/transparencia/item/funcionarios-demitidos-exonerados>. Acesso em: 02/08/2024.

DE, A.; DÓRIS, R.; COSTA, A. F. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista Psicopedagogia**. v. 23, n. 72, p. 232 – 240, 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862006000300007&script=sci_abstract Acesso em: 03/08/2024

FAÇANHA, L. et al. A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA A PARTIR DA DEFECTOLOGIA DE VYGOTSKI. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. n. 25, p. 113 – 133, 1 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4791>. Acesso em: 06/08/2024

GAI, D. N.; NAUJORKS, M. I. Inclusão: contribuições da teoria sócio-interacionista à inclusão escolar de pessoas com deficiência. **Educação (UFSM)**, v. 31, n. 2, p. 413 – 428, 2006. Disponível em: <https://periodicos:ufsm.br/reveducacao/article/download/1577/877>. Acesso em: 06/08/2024

JÚNIOR, ROGÉRIO.; HENTGES, ANDERSON. **Adolescente autista é agredido com tapas e socos dentro de escola do Rio; ataque foi filmado por colegas de turma e publicado nas redes sociais**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/06/29/aluno-com-autismo-e-agredido-por-professor-durante-crise-de-ansiedade-na-escola-em-mt-video.ghtml>. Acesso em: 02/08/2024.

LEACH, D.; DUFFY, M. L. Supporting Students With Autism Spectrum Disorders in Inclusive Settings. **Intervention In School And Clinic**, v. 45, n. 1, p. 31 – 37, 2009. LEAF, J. B. et al. Concerns About ABA-Based Intervention: An Evaluation and Recommendations. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, p. 1–16, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10803-021-05137-y.pdf>. Acesso em: 02/08/2024

LIMA, ESTER.; FRANCINI, AUGUSTO. **Adolescente autista é agredido com tapas e socos dentro de escola do Rio; ataque foi filmado por colegas de turma e publicado nas redes sociais**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/12/adolescente-autista-e-agredido-com-tapas-e-socos-dentro-de-escola-do-rio-ataque-foi-filmado-por-colegas-de-turma-e-publicado-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 02/08/2024.

LUONG, P. A. Applying the Concepts of “Community” and “Social Interaction” from Vygotsky’s Sociocultural Theory of Cognitive Development in Math Teaching to Develop Learner’s Math Communication Competencies. **Tp chí Giáo dc**, v. 6, n. 3, p. 209 – 215, 2022. Disponível em: <https://vje.vn/index.php/journal>. Acesso em: 06/08/2024.

MENEZES, J. B. de. **Tomada de decisão apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela lei brasileira de inclusão (Lei n. 13.146/2015)**. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53653/1/2016_art_jbmenezes.pdf. Acesso em: 06/08/2024.

MOJICA MARTÍNEZ, M. 'The Inclusion of Children with Autistic Spectrum Disorder into Mainstream Schools in Mexico'. 02 2012. Acesso em: 06/08/2024.

MORAES, J. F.; ARRUA, M. T. S.; SILVA, R. de F. Os desafios do professor na inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola regular. **Revista diálogos interdisciplinares (GEPFIP)**, v. 2, n. 12, p. 119 – 132, 1 2024. Disponível em: <https://typeset.io/papers/os-desafios-do-professor-na-inclusao-do-aluno-com-transtorno-1d3otaa96z>. Acesso em: 05/08/2024.

MUSTAFA, M. C.; ZAIN, A.; ALIAS, A. The Context of Children's Learning and Development: Sociocultural Perspectives. **International Journal of Academic Research in Progressive Education and Development**, v. 6, n. 4, p. 212–215, 2018. Disponível em: https://hrmars.com/papers_submitted/3766/the-context-of-childrens-learning-and-development-sociocultural-perspectives.pdf. Acesso em: 05/08/2024.

NASCIMENTO, G. A.; SOUZA, S. F. de. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): possibilidades de intervenção psicopedagógica através da Análise do Comportamento Aplicada**. 2018. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/6322>. Acesso em: 05/08/2024.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. **Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa**. v. 24, p. e43536 –, 12 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/BVGWD9hCCyJrSRKrsp6XfJm/>. Acesso em: 03/08/2024.

PIERCE, T.; TINCANI, M. Beyond Consumer Advocacy Autism Spectrum Disorders, Effective Instruction, and Public Schools. **Intervention In School And Clinic**, v. 43, n. 1, p. 47 – 51, 2007.

RAHMATIRAD, M. **A Review of Socio-Cultural Theory**. v. 5, n. 3, p. 23 – 31, 2020. Disponível em: <https://siasatjournal.id/index.php/siasat/article/view/66/64>. Acesso em: 06/08/2024.

ROCHA, R. N. das M. et al. Brazilian law of inclusion: an applied analysis of the correlation of bioethical principles. **Acta Bioethica**, v. 28, n. 1, p. 67 – 74, 2022.

ROSSETTO, Elisabeth; IACONO, Jane Peruzo. Inclusão e ensino superior: práticas pedagógicas com alunos com deficiência/NEE na perspectiva da psicologia histórico-cultural. **Educação e Filosofia**, v. 36, n. 76, p. 133-174, 2022.

SENTANCE, S.; WAITE, J.; KALLIA, M. Teaching computer programming with PRIMM: a sociocultural perspective. **Computer Science Education**, v. 29, p. 136 – 176, 2019.

SOUZA, R. F. S.; BEZERRA, M. A. D. **Incluir sem integrar, alunos com necessidades especiais no ensino fundamental**. v. 5, n. 12, p. 30949–30960, 2019.

TARTUCE, F. **Alterações do Código Civil pela Lei 13.146/15**. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/alteracoes-do-codigo-civil-pela-lei-13146-2015/213830256>. Acesso em: 15 jun. 2020.

TZURIEL, D. **The Socio-Cultural Theory of Vygotsky**. In. [S.l.: s.n.], 2021. p. 53 – 66.

URSI, E. S.; GAVÃO, C. M. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 1, n. 14, p. 124 – 131, fevereiro 2006.

WANG, D. What is ZPD and what are the implications of ZPD for teaching? **Journal of Humanities and Education Development**, v. 4, n. 3, p. 242 – 244, 2022.

WEBSTER, A. A.; ROBERTS, J. R. **Building the capacity of schools to achieve outcomes for students with Autism Spectrum Disorders: A pilot project**. 2014. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=3086&context=sspapers>. Acesso em: 03/08/2024.

WEISS, M. J. et al. ABA and PBS: The Dangers in Creating Artificial Dichotomies in Behavioral Intervention. **The behavior analyst today**, v. 10, p. 428 – 439, 2010. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ882171.pdf>. Acesso em: 05/08/2024.

ZANARDO, G. L. de P.; URIBE, M. C.; HABIGZANG, A. H. R. D. N. L. F. **Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7CMV7LK79LJTnX9gFyWHNN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03/08/2024.

ZEHNER, A.; CHEN, X.; ALADSANI, M. **Implementing Universal Design for Learning in Classrooms with Minorities with Autism**. v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://childhood-developmental-disorders.imedpub.com/articles/implementing-universal-design-for-learning-in-classrooms-with-minorities-with-autism.pdf>. Acesso em: 03/08/2024.